



JOVENS EM RISCO PORTUGUESES INSTITUCIONALIZADOS EM LAR DE ACOLHIMENTO: PERCURSO FORMATIVO ESCOLAR E PROJETO DE VIDA (ESTUDO DE CASO)

Portuguese young people at risk institutionalized in a foster home: educational path and life project (Case Study)

Jóvenes portugueses en situación de riesgo institucionalizados en una casa de acogida: itinerario educativo y proyecto de vida (Estudio de caso)

Ernesto Candeias Martins¹

Resumo: O estudo, inserido na metodologia qualitativa (estudo de caso – situacional e institucional), pretende compreender o percurso escolar e autonomia de N=11 jovens portugueses em risco institucionalizados numa instituição de acolhimento -ADME (Castelo Branco) (período de realização do estudo ano letivo: 2021-22). Estabelecemos os seguintes objetivos: analisar perceção dos jovens em risco quanto à sua institucionalização e autonomização; perceber a integração desses jovens em risco no contexto escolar (processo educativo); identificar as dificuldades de aprendizagem desses jovens na sua escolarização; caracterizar o percurso socioeducativo desses jovens relativo ao desempenho e ao rendimento escolar; Determinar a adaptação desses jovens em risco quanto às relações educativas com os seus pares; compreender o papel técnicos da instituição no processo formativo dos jovens; analisar colaboração entre 'ADME-escolas'; conhecer a construção do projeto de vida desses jovens. Utilizámos as seguintes técnicas de recolha de dados na pesquisa: observação documental (instituição) e participante; entrevistas semiestruturadas aos professores e técnicos da instituição de acolhimento; notas de campo; realização de 'Focus Group'. Efetuamos uma análise de conteúdo às informações obtidas da observação (notas de campo) e das entrevistas e, posteriormente submetemos ao processo de triangulação tendo os resultados confirmado importância técnicos da instituição no percurso escolar, desenvolvimento das competências de autonomia e projetos de vida dos jovens, para além da boa inter-relação entre 'ADME-escolas'. Há uma sintonia e colaboração adequada dos técnicos da instituição com a escola/professores ao longo do processo formativo desses jovens em risco e, ainda na construção do projeto de vida e inserção na sociedade.

Palavras-chave: jovens em risco; lar de acolhimento; formação escolar.

¹ Instituto Politécnico de Castelo Branco | Castelo Branco | Portugal. E-mail: ernesto@ipcb.pt | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4841-1215>

Abstract: The study is part of the qualitative methodology (case study – situational and institutional) aiming to understand the educational path and autonomy of N=11 Portuguese young people at risk institutionalized in a shelter institution -ADME (Castelo Branco) (period of carrying out the study academic year: 2021-22). We established the following objectives: analyze the perception of young people at risk regarding their institutionalization and autonomy; understand the integration of these young people at risk in the school context (educational process); identify the learning difficulties of these young people in their schooling; characterize the socio-educational trajectory of these young people in relation to school performance and performance; Determine the adaptation of these young people at risk regarding educational relationships with their peers; understand the technical role of the institution in the training process of young people; analyze collaboration between 'ADME-schools'; learn about the construction of these young people's life projects. We used the following data collection techniques in the research: documentary observation (institution) and participant; semi-structured interviews with teachers and technicians from the host institution; field notes; holding a 'Focus Group'. We carried out a content analysis on the information obtained from observation (field notes) and interviews and subsequently submitted it to the triangulation process, with the results confirming the technical importance of the institution in the school journey, development of autonomy skills and projects of young people's lives, in addition to the good interrelationship between 'ADME-schools'. There is adequate harmony and collaboration between the institution's technicians and the school/teachers throughout the training process of these at-risk young people and also in the construction of their life project and insertion into society.

Keywords: young people at risk; foster home; school training.

Resumen: El estudio, insertado en la metodología cualitativa (estudio de caso – situacional e institucional), tiene como objetivo comprender el recorrido educativo y la autonomía de N=11 jóvenes portugueses en riesgo institucionalizados en una institución de acogida - ADME (Castelo Branco) (período de estudio año curso académico: 2021-22). Nos planteamos los siguientes objetivos: analizar la percepción de los jóvenes en riesgo respecto de su institucionalización y autonomía; comprender la integración de estos jóvenes en riesgo en el contexto escolar (proceso educativo); identificar las dificultades de aprendizaje de estos jóvenes en su escolarización; caracterizar la trayectoria socioeducativa de estos jóvenes en términos de desempeño y desempeño académico; Determinar la adaptación de estos jóvenes en riesgo respecto de las relaciones educativas con sus pares; comprender el papel técnico de la institución en el proceso de formación de jóvenes; analizar la colaboración entre las "escuelas ADME"; conocer la construcción de los proyectos de vida de estos jóvenes. En la investigación utilizamos las siguientes técnicas de recolección de datos: documental (institucional) y observación participante; entrevistas semiestructuradas con docentes y técnicos de la institución de acogida; notas de campo; celebración de un "Grupo de Enfoque". Realizamos un análisis de contenido de la información obtenida a partir de la observación (notas de campo) y entrevistas y posteriormente la sometimos al proceso de triangulación, cuyos resultados confirmaron la importancia técnica de la institución en el recorrido escolar, desarrollo de habilidades de autonomía y proyectos de vida para jóvenes, además de la buena interrelación entre las 'escuelas ADME'. Existe una adecuada sintonía y colaboración entre los técnicos de la institución y los docentes de la escuela durante todo el proceso de formación de estos jóvenes en riesgo y, también, en la construcción de su proyecto de vida e inserción a la sociedad.

Palabras clave: jóvenes en riesgo; casa de acogida; formación escolar.

1 INTRODUÇÃO

A família é o primeiro contexto educativo e de socialização e em que a criança está inserida e onde aprende os valores sociais, culturais e as emoções básicas, promovendo a construção da sua identidade individual e social. Sempre que esta base socio-emocional, educativa e cultural falta ou é deficiente, a criança pode ter dificuldades em construir uma identidade consistente que contribua para uma vida autónoma e responsável (Gomes, 2019; Sousa, 2015). Quando ela está em risco com trajetórias de vida adversas, proporcionando-lhes condições, apoios e cuidados adequados ao seu desenvolvimento integral, que muitas vezes não usufruem nos seus contextos familiares e, por isso se recomenda a sua institucionalização numa casa de acolhimento, como medida de promoção e proteção. O acolhimento residencial só é aplicado como o último recurso, já que o acolhimento tem a ver com a problemática da sua autonomia, elaboração do seu projeto de vida e transição para a sociedade (Caio, 2014; Saltão, 2022). A insistência na autonomia do jovem deve-se ao facto de inculcar nele a capacidade para assumir a responsabilidade individual pelos seus atos e opções próprias, ou seja, trata-se duma responsabilidade ao nível afetivo, físico, económico e ao nível dos valores e das decisões próprias. Por isso é fundamental conhecer como os responsáveis e técnicos nas instituições de acolhimento trabalham essa autonomia e as competências adquiridas, incluindo no processo educativo de escolarização (Mateus, 2020; Pinto, 2020).

O nosso modelo teórico conceptual guiou-se por uma heurística e análise sobre o tema, clarificando conceitos, abordando a legislação relacionada com as crianças/jovens em risco ou perigo, estudos de institucionalização de jovens em risco e, em especial os realizados anteriormente na zona de Castelo Branco/Portugal (Aguiar, 2021; Caio, 2014; Farromba, 2013; Freitas, 2017; Gomes, 2019; Pinto, 2020). Recorremos à metodologia de investigação qualitativa, assente no paradigma interpretativo/naturalista, na modalidade de estudo caso (Yin, 1994) – instituição ADM Estrela (instituição localizada em Castelo Branco), abordando as informações/dados, narrativas e experiências de institucionalização e escolarização dos jovens, no âmbito do desenvolvimento pessoal, escolar e social e na construção do seu projeto de vida, pois aquela metodologia qualitativa “[...] é rica em relatos realizados pelos próprios sujeitos”, ou seja, é na “[...] compreensão dos comportamentos a partir da perspetiva dos sujeitos da investigação” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 16). É igualmente um estudo de caso situacional, exploratório, descritivo, analítico e interpretativo com uma amostra de jovens em risco institucionalizados (N=11), com o contributo dos dados/informações de 3 técnicos/profissionais da instituição e de 4 professores das escolas onde fazem escolarização (entrevistas e observação participante com notas de campo), com a finalidade de interpretar o seu percurso socioeducativo, os valores desenvolvidos e adquiridos na formação escolar e acolhimento, socialização (relações interpessoais) e construção do projeto de vida (Aguiar, 2021; Pinto, 2020).

Foi nosso propósito, como problema de estudo, compreender o percurso educativo, a vida quotidiana dos jovens em estudo e a construção do seu projeto de vida, norteando-nos pelos seguintes objetivos: analisar o percurso escolar e o projeto de vida dos jovens da ADME; conhecer as relações desses jovens institucionalizados com os seus colegas e professores na escola que frequentam; compreender as formas de colaboração/apoio entre os técnicos da instituição com as escolas e professores; identificar as percepções desses jovens, compreendendo os seus percursos; analisar o desempenho escolar desses jovens ao nível das aprendizagens nas escolas e no lar de acolhimento; descrever a inter-relação entre a escola e o lar de acolhimento ADME. Utilizamos várias técnicas de recolha de dados: a observação documental, natural/informal (*in loco* -observacional) e observação participante; o inquérito por entrevista aos 11 rapazes institucionalizados; entrevistas semiestruturadas a 4 professores de turma das escolas e aos 3 técnicos do lar de acolhimento; e registos de notas de campo e o *'focus group'* no final. Realizamos a análise e tratamento dos dados obtidos, na base da análise de conteúdo, submetendo depois à triangulação dos mesmos, com a interpretação na base da teoria fundamentada pesquisada. Os resultados confirmaram os contributos da instituição em estudo e da escola que frequentam os jovens e na construção do projeto de vida e aprendizagens.

2 A INTERVENÇÃO NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS/JOVENS EM PERIGO/RISCO

A pesquisa de literatura especializada implicou uma clarificação conceptual unida à análise da legislação sobre a proteção e o acolhimento de crianças/jovens portugueses em risco (Portugal, 1999, 2015, 2018, 2019a, 2019b) e, ainda um leque de estudos sobre institucionalização com jovens em risco que frequentam a escola, realizam o seu percurso socioeducativo e preparam o seu projeto de vida e a autonomia (Brandão, 2015; Ferreira, 2016; Fonseca, 2023; Leal *et al.*, 2018; Moreira, 2018; Lopes Neto, 2021; Rodrigues, 2018, 2022; Silva, 2022; Sousa, 2015). Tivemos em conta, na pesquisa bibliográfica a referência a estudos já realizados na região de Castelo Branco sobre crianças/jovens em risco em instituições de acolhimento (Aguiar, 2021; Caio, 2014; Farromba, 2013; Freitas, 2017; Gomes, 2019; Pinto, 2020).

2.1 A Proteção nos normativos jurídicos

A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, no seu n.º 2 do artigo 3.º (Legitimidade da Intervenção), considera uma criança/jovem em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com alterações pela Lei n.º 26/2018, de 05 de julho) quando (Portugal, 1999):

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;

- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

As medidas de promoção e proteção para essas crianças/jovens em perigo pretendem afastá-las do perigo em que se encontram e, ainda: proporcionar as condições necessárias de proteção e promoção da segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; e garantir a recuperação física e psicológica de qualquer forma de exploração ou abuso (artigo 35º da Lei nº 147/99) (Portugal, 1999). Segundo a legislação atual, estas medidas podem ser: apoio junto dos pais ou de outo familiar; confiança a pessoa idónea; apoio à autonomia; acolhimento familiar ou acolhimento em instituição; e adoção (Portugal, 2015, 2018, 2019a, 2019b).

Além disso, o conceito 'crianças/jovens em risco' continua a sofrer de alguma ambiguidade, apesar da extensa bibliografia já existente. Contudo, este coletivo de crianças/jovens tem sido analisado por numerosos investigadores de várias disciplinas científicas e em perspetivas diferentes (Guerra, 2018; Ramião, 2017). De facto, o termo 'risco' é um conceito recorrente em várias áreas científicas, de forma mais ou menos explícita nos discursos contemporâneos (Carvalho; Cruz, 2015). O risco não se circunscreve a um conjunto de aspetos de formas de viver ou a disciplinas específicas do saber, pois qualquer situação de risco nas crianças/jovens decorre de: défice experiencial; ausência de um conjunto de experiências positivas; diferença entre o tipo de experiências esperadas/desejadas nas crianças, em função da sua idade; presença de experiências negativas. Assim, há três aspetos significativos na noção de risco, conforme os critérios usados na classificação das crianças/jovens: perspetiva psicossocial; perspetiva lógico-funcional e pragmática; perspetiva jurídico (justiça de menores). Enquanto o termo "perigo" significa na literatura a iminência de concretização de uma ameaça que coloca o indivíduo em situação limite de toda a sua integridade humana e, por isso, falamos de um contínuo, no qual o conceito de risco e perigo fazem parte de uma mesma dimensão, a desenvolvimental, onde conflui o risco, o perigo e a vulnerabilidade (Moreira, 2018). Ou seja, a situação de 'risco' relaciona-se com desenvolvimento do indivíduo.

As situações de perigo que levam à institucionalização das crianças/jovens integram-se em cinco grupos: mau trato físico, situações de negligência, situações de mau trato psicológico, abuso sexual e outras situações. A promulgação da Lei n.º 147/99 constituiu a ferramenta de "[...] promoção dos direitos e proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral" (art.º 1.º) (Portugal, 1999). A legitimidade de intervenção passou a ser

reconhecida pelas entidades com competência em matéria de infância/juventude, sendo elas “[...] pessoas singulares ou coletivas públicas, cooperativas, sociais ou privadas” (alínea “d” do art.º 5º) (Portugal, 1999).

Os normativos jurídicos, por exemplo a Organização Tutelar de Menores (Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de outubro), a Lei nº 147/99 (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), a Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro (Lei Tutelar Educativa), foram promulgadas não só para definir o que vem a ser criança e jovem em risco e em perigo, como também para estabelecer respostas à sua proteção, determinando o que é um lar de acolhimento e qual a sua atuação (Guerra, 2018). Pretendemos também entender quais são as ações protetivas e os sinais de alerta para a prevenção das crianças e jovens em risco. Uma das devolutivas sociais em prol da proteção de crianças e jovens - e um dos vários papéis dados às instituições de acolhimento - é o direcionamento institucional e a intervenção na reabilitação dos sujeitos, ou seja, protegê-los de fatores de risco e não permitir que se desviem da prática de uma boa conduta. Uma vez que os pais são impedidos judicialmente de exercer o cuidado com o menor, o papel de cuidar dos serviços de saúde, da escola e das atividades sociais é assumido pela instituição de acolhimento (Aguiar, 2021; Pereira, 2016). Na Lei nº 147/99 já há o estabelecimento de diretrizes de proteção e de como lidar com as situações de perigo dessas crianças/jovens (Portugal, 1999). Há por parte do legislador uma preocupação pelos direitos do menor, tendo como objetivo principal o reforço às atribuições das instituições sociais com o intuito de prevenção das situações de perigo.

Um dos pontos considerados positivos na Lei nº147/99 foi a inclusão de dois novos direitos das crianças/jovens em acolhimento. Um deles refere que a criança ou jovem deve ser, sempre que possível, acolhido numa casa de acolhimento que seja próxima do seu contexto familiar de origem e o outro diz respeito à não separação de outros irmãos acolhidos, exceto se o superior interesse da criança o contraindicar, tal como refere o art.º 58.º, alínea i) e j) (Portugal, 1999). Este normativo jurídico assenta no princípio da subsidiariedade, que define que a intervenção na promoção dos direitos e proteção das crianças/jovens deve ser efetuada de forma sucessiva, sendo que, num primeiro nível, promovida pelas entidades competentes na área da infância e juventude (saúde, educação, formação profissional, ocupação de tempos livres, entre outros) (Ramião, 2017).

As comissões de proteção de crianças/jovens em perigo (CPCJP) atuam dando apoio junto dos pais e no acolhimento institucional. Assim, o acolhimento institucional torna-se uma opção quando a medida de apoio juntos dos pais falha (Delgado; Gersão, 2018). Esta tradição da institucionalização tentou ser revertida através da Lei n.º 147/99 (Portugal, 1999), mas a dificuldade na canalização dos recursos financeiros disponíveis para o funcionamento das instituições criou entropias. Ao surgir a Lei de 2015, no entanto, não foram alteradas as práticas existentes, mas houve mudanças. Contudo, não basta legislar, é necessário que exista uma articulação entre a legislação e as práticas que existem para que a mudança realmente aconteça (Guerra, 2018). Ou seja,

a revisão legislativa implicou uma alteração nos pressupostos do acolhimento familiar, priorizando a medida do acolhimento residencial, principalmente nos casos das crianças com menos de 6 anos. De facto, para que o acolhimento familiar seja bem-sucedido é imperioso modificar gradualmente o mapa existente das casas de acolhimento, quer quanto à sua dimensão, quer quanto ao número, pois pretende-se proporcionar as melhores condições de vida às crianças/jovens e estarem o mais próximo possível da vida familiar (Lopes Neto, 2021).

2.2 Sistema de acolhimento para crianças/jovens em risco

No que concerne ao acolhimento, este pode ser familiar ou institucional. O primeiro consiste na atribuição da guarda da criança/jovem a uma pessoa singular ou a uma família habilitada para o efeito. O acolhimento institucional consiste na colocação da criança/jovem aos cuidados de uma entidade e dispõe de duas modalidades: de curta duração, tendo lugar num Centro de Acolhimento Temporário (CAT) por um período não superior a 6 meses; e acolhimento prolongado, num Lar de Infância e Juventude (LIJ), com uma duração superior a 6 meses. A institucionalização de crianças/jovens é considerada um processo ambivalente, pois é uma medida que visa afastar a criança/jovem do perigo em que se encontra, tendo um papel fundamental na satisfação das suas necessidades básicas (Leal *et al.*, 2018). Contudo, pode tornar-se numa medida de proteção que expõe a criança/jovem a outros riscos com implicação no seu desenvolvimento, por exemplo: a dificuldade em desenvolver relações de proximidade com os outros; problemas de confiança (auto e hétero); e confusão quanto à identidade familiar (Freitas, 2017; Sousa, 2015). A ambivalência da institucionalização é vivenciada pelas crianças/jovens com sentimentos fortes (positivos e negativos) relativamente aos vínculos parentais e à sua situação de sofrimento (Silva, 2022). Assim, quando a criança/jovem é afastada do seu meio familiar para uma instituição onde tem de conviver com outras crianças/jovens e onde recebe um tratamento coletivo, produzem-se sentimentos de ansiedade provenientes da separação da sua família e de abandono afetivo-emocional (Rodrigues, 2022; Saltão, 2022). Daí que um dos problemas do acolhimento seja a minimização das consequências negativas da separação e da parentalidade inadequada destes menores (Fonseca, 2023). O desafio da institucionalização passa por proporcionar-lhes um projeto de vida que seja uma via forte de apoio e construção para a sua inserção na sociedade e da formação para a cidadania.

O acolhimento residencial das crianças/jovens, segundo o art.º 49º - Lei nº 142/2015 “[...] consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” (Portugal, 2015). Este normativo é executado quando os pais ou seus representantes legais ou detentores da guarda/tutela colocam em perigo a segurança, saúde, formação, desenvolvimento ou a educação das crianças/jovens,

inclusive se esse perigo for resultado da ação ou omissão de terceiros ou da própria criança/jovem (se os responsáveis não fizerem nada para removê-los). De facto, as trajetórias de vida das crianças/jovens institucionalizados são marcadas por perdas, negligências, situações de abuso e de abandono (Gaspar; Alcoforado; Santos, 2015). Por estes motivos surge a proposta de acolhimento como objetivo de promover melhores condições de vida para os mesmos, como descreve o artigo 58º da Lei nº 142/2015 (Portugal, 2015).

Evidentemente que os aspetos fulcrais na promoção de um acolhimento institucional são (Alves, 2007; Carvalho; Cruz, 2015; Sousa, 2015): o princípio da individualidade de cada criança/jovem, promovendo a autoestima do acolhido; o princípio do *respeito* pelos seus direitos e direitos da sua família, de modo a gerar-lhe autoconfiança; o princípio da 'escolarização e das alternativas educativas', dando-lhe a possibilidade das crianças/jovens poderem pensar e decidir; o princípio da '*adequada satisfação das necessidades básicas*' de cada criança/jovem, fazendo-lhes acreditar nas suas capacidades; o princípio dos 'cuidados de saúde', promovendo um ambiente que seja terapêutico; o princípio da integração social, estimulando o sentido de pertença; o princípio da 'preparação para a autonomia', inculcando a segurança necessária para que sejam capazes de tomar as suas próprias decisões; o princípio do 'apoio às famílias', respeitando a unicidade de cada família; o princípio da 'segurança e da proteção', garantindo a estabilidade e proteção das crianças e dos jovens; o princípio do 'projeto de vida', permitindo que as crianças e os jovens acreditem no futuro; e o princípio do respeito do 'direito à participação', dotando as crianças de conhecimentos que lhes permita tomar decisões de forma refletida e uma participação ativa na definição do seu projeto de vida. Calcula-se que atualmente haja mais de cinco mil crianças/jovens em acolhimento, cujos princípios essenciais de intervenção e funcionamento são o seguinte: proteção, estabilidade, (auto)confiança, inclusão, segurança, solidariedade, responsabilidade e a autonomia (Casa 2022, 2023). Contudo, esta medida de acolhimento não deve ser aplicada com o intuito de colmatar uma inadequação da família, mas de modo a promover a oportunidade de proporcionar mais-valias que sejam efetivos tanto para a criança/jovem como para a sua família (Carvalho; Cruz, 2015; Fonseca, 2023).

A Lei nº147/99, de 1 de setembro já distinguia o "acolhimento de curta duração" do "longa duração" consoante à duração, diferenciando as instituições conforme a modalidade de acolhimento e, daí existirem "casas de acolhimento temporário" e "lares de infância e juventude" (Delgado; Gersão, 2018). Ora esta diferenciação desaparece com a Lei nº142/2015, denominando as instituições de acolhimento como casas de acolhimento (art. 50.º, n.º 1 desse diploma). Este articulado refere ainda que estas se podem organizar por unidades especializadas nomeadamente: casas direcionadas para dar resposta em situações de emergência; casas direcionadas para dar resposta a problemáticas específicas; e os apartamentos de autonomização. Com esta regularização surge uma nova denominação "título cautelar", anterior "acolhimento

provisório” e, portanto, sempre que as unidades especializadas não existam, as crianças e os jovens, seja qual for o propósito do acolhimento, são acolhidas em casas generalistas nas situações de emergência ou durante o período de diagnóstico da situação da criança ou jovem, independentemente do tempo que for previsto do acolhimento (Ferreira, 2016). Daí que as instituições de acolhimento podem ser cooperativas ou públicas, privadas ou sociais e funcionam a regime aberto, ou seja, os pais podem visitar a criança ou jovem, de acordo com as regras e os horários da instituição, salvo decisão contrária do tribunal (Guerra, 2018; Rodrigues, 2018).

Alves (2007, p. 75) refere que o Sistema Nacional de Acolhimento “[...] é constituído pelo conjunto de respostas de acolhimento do Estado e da sociedade civil (Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades) dirigidas às crianças e jovens em situação de perigo”. De facto, a medida de acolhimento institucional destina-se a crianças/jovens que, temporariamente ou definitivamente, não podem permanecer no seio da sua família de origem, uma vez que esta não lhes garante condições, pelo menos imediatas, para o seu acolhimento e educação) (Silva; Oliveira; Marques, 2019).

Considera-se o acolhimento residencial como a última medida de promoção protetiva a ser aplicada a crianças/jovens, já que esta medida de colocação extrafamiliar tem como objetivo garantir a sua proteção de situações adversas e de risco que vivenciam no seu ambiente familiar. Trata-se de uma ação jurídica dirigida para situações de perigo e para abordagens em que as demais intervenções não tenham resultado, como seja o apoio e aconselhamento aos pais ou outros membros da família e de adoção, em que o acolhimento familiar aparece como última medida a implementar. Esta medida é constituída por três tipos de resposta de acordo com as necessidades de intervenção: o acolhimento em Unidade de Emergência; o acolhimento temporário em Centro de Acolhimento Temporário; e o acolhimento prolongado em Lar de Infância e Juventude.

Quanto aos Lares de Infância e Juventude, como é o caso ADME, são uma resposta social que se destina a crianças/jovens até aos 21 anos, sendo possível prolongar o seu acolhimento até aos 25 anos, quando a defesa do superior interesse do jovem assim o exija (Guerra, 2018). Este tipo de resposta é de caráter prolongado e destinado para situações de perigo que sejam consideradas complexas e que coloquem em causa a integridade da criança/jovem sendo, por isso, previsto um acolhimento de longa duração (Sousa, 2015). Ou seja, deverá proporcionar as condições de vida o mais aproximadas possível às de vida familiar, sendo os seus objetivos “[...] satisfazer todas as necessidades básicas da criança/jovem; promover a sua reintegração na família e na comunidade; contribuir para a sua valorização pessoal, social e profissional” (Alves, 2007, p. 75). Por forma a promover estruturas de vida semelhantes às que existem na estrutura familiar nas crianças/jovens em risco, os Lares de Infância e Juventude funcionam em regime aberto e organizado em unidades com elementos suficientes que permitam a existência de uma relação afetiva favorável de

tipo familiar e uma rotina diária individualizada e personalizada (Delgado; Gersão, 2018; Fonseca, 2023).

Efetivamente, as crianças/jovens em risco permanecem em acolhimento por um período alargado apresentando fracas competências pessoais e sociais que dificultam o desenvolvimento da sua autonomia, adequação ao processo educativo e formativo, socialização e inclusão social e profissional (Silva; Oliveira; Marques, 2019). Consequentemente podem vir a desenvolver problemas comportamentais, dificuldades de integração escolar e relacionais, de aprendizagem e funcionamento socioemocional. Ora quando institucionalizadas, acarretam consigo percursos e trajetórias de vida marcados por maus-tratos, défices afetivo-emocionais, privações ao seu bem-estar, sofrimento e relações pouco ou nada gratificantes. Estes aspetos provêm do ambiente social e familiar (famílias desestruturadas e/ou problemáticas, com estilos parentais desadequados), já que a família não possibilita as condições básicas à criança (cidadania responsável, transmissão de valores, supervisão parental) que lhe permita um desenvolvimento integral e adaptativo às diversas dimensões (cognitiva, ético-moral, afetivo-emocional, social e relacional) (Saltão, 2022). A sua componente afetivo-emocional é marcada pela instabilidade, já que afeta as suas aprendizagens a nível escolar, social e pessoal. Logo, quando estas crianças/jovens não conseguem alcançar os seus próprios objetivos acabam em auto exclusão, ou então, são pouco persistentes, desmotivadas e acreditam pouco nas suas capacidades (Rodrigues, 2018; Silva, 2022; Sousa, 2015).

Por conseguinte, é necessário que a intervenção na institucionalização seja realizada de acordo com as características da criança/jovem, identificando os aspetos a serem desenvolvidos de forma a que consigam atingir os seus objetivos. Nesse sentido, torna-se importante permitir que a criança/jovem assuma o sentido de responsabilidades, de acordo com o seu nível etário e as suas capacidades, potenciando e otimizando o seu processo educativo e de autonomia sustentada, a sua capacidade de tomar decisões individual e conscientemente e de resolução de problemas (Ferreira, 2016). Assim, a intervenção e as atividades realizadas na instituição constituem um dispositivo fulcral para a sua futura integração socioprofissional, sendo uma vantagem formativa, pois são atividades que não são facilmente realizadas na sua comunidade de origem (Ferreira, 2016; Freitas, 2017). Ou seja, pretende-se que desenvolvam competências: ao nível da autonomia relacional/pessoal, ou seja aquisição de capacidades referentes à autoestima, ao autoconceito, à gestão de emoções, à autoconfiança, autoestima, capacidade de resolver problemas e, ainda de aquisição de aptidões de responsabilidade quanto às decisões; ao nível da autonomia funcional a aquisição de competências essenciais para a autonomia em vários âmbitos da vida pessoal e social (Leal *et al.*, 2018).

3 METODOLOGIA EMPÍRICA: DESIGN, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

Efetuamos uma investigação qualitativa, na base do paradigma interpretativo e na modalidade de estudo de casos, referente a 11 jovens em risco, no Lar de Acolhimento ADME em Castelo Branco, que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), inaugurada em dezembro de 1989, cuja sede se situa em Vale de Estrela – Guarda/Portugal. Trata-se também duma ONG (Organização Não Governamental) com acolhimento de tipo familiar residencial prolongado a jovens masculinos em situação de risco (Portugal, 1999), cuja ação elenca-se na solidariedade social, na promoção e desenvolvimento de atividades sociais, de educação, de inclusão social e comunitária, de formação e aperfeiçoamento profissional. Os seus recursos humanos compõe-se de um diretor técnico, assistente social, sete educadores, três assistentes operacionais e uma professora colocada pelo Ministério da Educação, ao abrigo do 'Projeto Casa', que desenvolve um trabalho relevante junto dos jovens em risco e socialmente vulneráveis, com o propósito de darem uma resposta social e educativa, proporcionando-lhes condições para autonomia e projeto de vida, numa dimensão individualizado para cada jovem. A instituição que tem parcerias com muitas entidades da região, pretende estimular e educar os jovens para uma mudança reparadora, promovendo-lhes a sua integração, o seu desenvolvimento social, pessoal e afetivo, com vista à concretização dos seus projetos de vida, apostando na sua plena integração social e profissional (Aguiar, 2021).

A ADME localiza-se numa casa mais ou menos ampla, com três andares com espaços destinados a atender as atividades desenvolvidas pelos jovens residentes, gabinetes para o diretor e equipa técnica (assistente social e educadores), quartos, salas de estudo, salas de estar - convívio. Realizam atividades diversificadas (lúdicas, desportivas, educacionais e/ou recreativas) dentro ou fora do estabelecimento, com apoio e acompanhamento sabendo que os jovens institucionalizados têm uma rotina estabelecida previamente, tendo a flexibilidade por questões pessoais ou coletivas. A instituição tem como principais objetivos, de acordo com o Regulamento Lar de Infância e Juventude: assegurar a proteção de crianças e jovens em perigo; promover o bem-estar, desenvolvimento integral, cidadania ativa e (re)inserção social das crianças/jovens, através de estratégias, procedimentos e programas terapêuticos e/ou educativos; avaliar as necessidades e desenvolver as potencialidades de cada criança e jovem, com base na sua história de vida e na sua situação familiar; proporcionar um ambiente normativo de vida, que lhes disponibilize experiências de vida diversificadas, ricas e adequadas às suas necessidades e potencialidades; proporcionar um ambiente próximo de um ambiente familiar harmonioso e afetivo, promovendo laços afetivos e relações de convivência; assegurar o cumprimento e respeito dos direitos das crianças e das jovens acolhidas; promover a participação ativa das crianças/jovens acolhidas no contexto geral em que estão inseridas e nas decisões que lhes digam respeito, nomeadamente na definição dos seus projetos de vida; conhecer as condições da família nuclear e alargada e desenvolver as suas capacidades e

competências em ordem a, se possível, uma futura (re)integração, sempre centrada no superior interesse da criança/jovem; preparar as crianças/jovens para a sua autonomia e integração social.

Entre os anos de 2021 a 2022, a ADME tinha institucionalizados 11 jovens (amostra N=11) provenientes de situações de vulnerabilidade social, negligência parental, exposição a modelos parentais desviantes, vítimas de maus tratos e orfandade da região Castelo Branco e do Porto, havendo 7 deles a frequentarem a escolaridade obrigatória (do 6º ano até 12º ano), 3 a tirarem um curso profissional, com o objetivo da sua inserção no mercado de trabalho (transição) e, ainda um a frequentar curso superior em Letras. São todos do sexo masculino, na faixa etária entre os 12 e os 23 anos de idade, tendo entrado na instituição entre 2016 a 2019, o que confirma que estão adaptados à instituição, pois levam mais de um ano (um jovem) até 10 anos permanência em acolhimento residencial (média de tempo de institucionalização de 5 anos). Recorremos às técnicas e instrumentos de recolha de dados seguintes: observação documental sobre a instituição ADME e processos dos jovens (codificados J); observação informal/natural e observação participante na instituição de acolhimento; entrevista semiestruturada aos jovens institucionalizados (Nj=11), à equipa técnica da instituição (Ni= 3 -DT=diretor técnico, AS=assistente social e Pi=Professora colocada pela Escola) e a 4 professores de turma (Np=4) das escolas onde frequentam os jovens; 'Focus Group' com os jovens na instituição sobre a sua autonomia, percurso formativo e projeto de vida; registos de notas de campo. Em termos de procedimentos ético-legais e de autorização para a realização do estudo cumprimentos as normas de eticidade na investigação, tendo solicitado em ofício ao responsável da ADME para aceder aos dados dos jovens de estudo e, ainda, nos Agrupamento de Escolas onde os jovens frequentam, para podermos entrevistar os professores responsáveis diretores de turma. Todo este procedimento legal fez-se ao abrigo dos protocolos existentes entre o Instituto Politécnico de Castelo Branco e os Agrupamentos de Escolas da região, tendo no caso particular submetido o termo de livre aceitação aos entrevistados. Foi também superiormente dado o conhecimento da consulta dos diagnósticos, relatórios sociais e documentos e relatórios escolares.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e a interpretação dos dados provenientes das técnicas e instrumentos utilizados na pesquisa possibilitando através da triangulação a combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista das respostas dos sujeitos de estudo. Esta técnica da triangulação constitui um processo de enraizar melhor o conhecimento obtido com esta metodologia qualitativa, permitindo-nos ampliar e completar a produção de conhecimento com a sustentabilidade da teoria fundamentada sobre a temática abordada. Iremos analisar o conteúdo dos dados nas entrevistas semiestruturada realizada aos sujeitos em estudo (jovens institucionalizados; técnicos da equipa de profissionais da ADME e professores das escolas).

4.1 Análise às entrevistas aos jovens institucionalizados

Em relação ao inquérito por entrevistas aos jovens institucionalizados na ADME (Nj=11), triangulado com a observação participante (registos de notas de campo e análise documental) obtivemos os seguintes resultados referentes aos jovens institucionalizados, tipificando as respetivas categorias de análise do conteúdo (Cat.1=Impacto da institucionalização no jovem; Cat.2=Medida de acolhimento aplicada ao jovem; Cat.3=Perceção da escola e relação pedagógica; Cat.4=Influência da institucionalização no percurso educativo; Cat.5=Percurso escolar –desempenho e rendimento académico; Cat.6=Apoio/acompanhamento dado pela ADME; Cat.7=Relação entre ADME e as Escolas; Cat.8=Desafios intervenção da ADME no acompanhamento jovens; Cat. 9=Valorização-do próprio Projeto de vida e formação), com as respetivas subcategorias de suporte e as evidências de segmento de texto emitidas pelos sujeitos em estudo.

Cat. 1. - Uma das nossas pretensões foi analisar o impacto da instituição de acolhimento nos jovens e a sua repercussão no percurso escolar e projeto de vida. A maioria dos jovens tem uma boa impressão da ADME, destacando o apoio e o aconselhamento dado pela equipa de técnicos e educadores, para além do ambiente na instituição com os colegas (relações de amizade) (Aguiar, 2021; Pinto, 2020).

Cat. 2. - Sobre a opinião dos jovens sobre a medida de acolhimento que lhes foi aplicada, a maioria deles consideram-na 'justa', considerando-a uma 'mais valia pessoal, escolar e social' para eles, destacando o fator de proteção e prevenção por parte da instituição, onde geram 'laços de amizade, relações interpessoais e de convivência, muito positivos', para além da proximidade e inter-relação nos 'contactos entre a ADME e a escola'. Só um jovem (J1) considerou a medida de acolhimento injusta que causou um repentino distanciamento dele com os pais/família. Ora esta questão apontada por J1 implica uma reflexão sobre os modos e os procedimentos dos contactos com a 'família' durante o acolhimento, pois o seu afastamento ou separação é um fator negativo que pesa na construção do seu projeto de vida (Brandão, 2015; Caio, 2014).

Cat. 3. -Destacamos a boa impressão que têm maioritariamente os jovens com a escola, destacando-se 2 deles com uma conceção 'muito positiva' o que se associa à pretensão de quererem um futuro melhor, ainda que 2 deles afirmarem uma conceção menos boa da escola, pois não gostam de estudar e consideram "[...] o ambiente escolar um inferno" (J4) ou "[...] para mim é-me indiferente, na medida que não a relaciono com o meu futuro profissional" (J8). Para todos a escola é muito importante para a vida futura deles e ensinam-lhes conteúdos válidos. Por outro lado, consideram maioritariamente 'muito fixes' os colegas, fazendo algumas amizades e tendo uma boa relação com os seus pares, apesar de 2 deles (J1; J10) não comunicarem muito. Enquanto aos professores mantém maioritariamente uma 'boa relação pedagógica', havendo 2 deles (J3; J9) que é 'relação regular' e 1 deles 'Má' (J5), devido às suas dificuldades de habilidades socio-emocionais e comunicativas (Aguiar, 2021; Rodrigues, 2018). Dois

deles repetiu o ano, mas conseguiram uma certa normalidade escolar com apoio pedagógico na escola.

Cat. 4. - Os jovens consideram que o acolhimento residencial influi no seu desempenho e rendimento escolar, pois têm uma imagem bastante positiva sobre a ADME, já que praticam muitas atividades, realizam desporto, fazem passeios, possuem autonomia nas decisões e interagem uns com os outros e técnicos, de tal modo que cresceram muito com estas aspetos valorativos, com repercussão nos resultados académicos e no seu comportamento. Todos eles reconhecem algumas diferenças registadas no seu desempenho e na melhoria do seu rendimento devido a alguma assiduidade e continuidade no acompanhamento por parte dos profissionais da ADME, pois têm horários específicos, a imposição de 'regras/normas' que lhes causam desconforto e habituação, desejam maior incentivo e motivação por parte desses responsáveis da instituição na elaboração do projeto de vida e transição para a vida adulta.

Cat. 5. - Em relação ao percurso/trajetória educativa e resultados académicos antes e durante o acolhimento, entre os anos de 2020-2022, consideram maioritariamente o empenho e dedicação dos responsáveis e profissionais do ADME e dos professores das escolas para que tenham uma boa formação, boas relações interpessoais e melhores resultados académicos, o que confirma os estudos de literatura (Carvalho; Salgueiro, 2019) em relação aos '*Modelos de Resposta Reguladora*' (incentivos para cumprirem as rotinas, tarefas e obrigações), '*Modelo de Resposta Didática*' (diálogo com o jovem para se perceber as suas inquietações, problemas e necessidades no relacionamento e comportamentos), '*Modelo de Resposta Empática*' (desenvolvimento da autoestima, empatia e superação conflitos) e '*Modelo de Resposta Relacional*' (relação afetivo-emocional e desenvolvimento habilidades socio-emocionais, de modo a promover autoconfiança e autonomia). Maioritariamente não gostam de estudar nem de muitas 'matérias', que implica neles algumas dificuldades, principalmente na matemática e inglês, mas têm, a consciência que o percurso escolar, em termos de desempenho 'regular ou positivo', havendo dois deles que o dizem 'mediano' por serem exigentes com eles próprios (J3; J10) e o J8 ao ser 'preguiçoso' não tem muita vontade em estar nas aulas. Houve 5 jovens (J1; J2; J3; J5; J11) que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas vão-se esforçando para terem sucesso escolar e não terem reprovações. Mesmo assim, houve 5 jovens (J2; J3; J5; J8 e J11) que tiveram algumas reprovações (repetências), mas que foram superadas posteriormente. A maioria não gosta muito de fazer os trabalhos de casa, apresentando dificuldades, necessitando de apoio dado pela equipa técnica da instituição.

Cat. 6. - Em relação ao tipo de acompanhamento de apoio sociopedagógico dado pela instituição e no apoio aos estudos a maioria destaca o apoio/'*counseling*' dado pelos técnicos da instituição de acolhimento e professores na escola, através de tutorias. Contudo os técnicos da instituição ADME reconhecem a necessidade de uma supervisão mais intensa e diária, de modo a que os jovens criem hábitos de estudo e competências, desenvolver o diálogo interativo nas suas 'representações' sobre a

escola (inadequação às regras e às rotinas escolares) e do processo formativo (Fonseca, 2023).

Cat. 7. - Sobre o tipo de relação mantida entre a instituição de acolhimento com a escola e professores, os jovens identificam que os técnicos/profissionais da ADME contactam a escola para trocarem informações diversas (sobre a pontualidade e faltas, o desempenho e rendimento escolar, dificuldades na aprendizagem, apoios pedagógicos, o comportamento, faltas de indisciplina ou desrespeito), sendo devidamente auscultados em tudo pelos professores e coordenadores de curso. Podemos afirmar que existe uma boa lógica de interação e de proximidade entre a ADME e a escola (Aguiar, 2021).

Cat. 8. - Em relação aos desafios de intervenção apresentados à equipa técnica do ADME no acompanhamento social e escolar aos jovens, indicam a 'falta de rotinas' e 'hábitos de cumprimento das normas', a presença muito forte das 'experiências negativas que vivenciaram antes da institucionalização', a 'adequação ao ambiente, de tipo familiar na instituição', a presença de 'períodos de desmotivação escolar com determinadas matérias e com a aprendizagem', a 'falta de concentração, dedicação e esforço para realizarem os trabalhos escolares'. Contudo, os profissionais e voluntários da instituição reconhecem que constituem um 'grupo muito interativo, com capacidades de mudança', a 'capacidade organizativa da ADME em dar respostas aos anseios e necessidades dos jovens', a persistência em estudarem e de valorizarem mais a escola para o seu futuro.

Cat. 9. -Os jovens são conscientes que devem melhorar por si mesmo o seu desempenho/rendimento escolar, o próprio comportamento relacional, ajustando-se às normas da instituição e da escola, de modo a poderem construir o seu projeto de vida: "[...] o êxito na escola é um fator importante para o nosso desenvolvimento, bem-estar e integração" (J11). Neste sentido a maioria não sabe bem o que quer para o seu futuro, o que é compreensível porque se encontram ainda no processo de escolaridade obrigatória, manifestando algumas expectativas de vida pessoal, social e profissional na sua autonomização. Mas quatro deles estão mais convictos das suas decisões ao nível profissional (frequentam cursos profissionais e curso superior). Entre eles o J2 e J6 tem bem claro o que desejam (curso superior), o J7 quer ir para a guarda republicana e o J5 para o exército. Contudo, todos eles sabem que a formação é determinante para o futuro, e daí terem consciência da necessidade de vontade e dedicação na sua formação.

4.2 Análise às entrevistas aos professores das escolas

Realizámos entrevistas semiestruturadas a 4 professores diretores de turmas ($N_p=4$) das escolas frequentadas pelos jovens em risco institucionalizados (Agrupamentos de Escolas de Castelo Branco). Os professores disponíveis para o estudo tinham idades entre os 35 e 45 anos (=2 professores, Feminino=1; Masculino=1) e 46 a 55 anos (=2 professores, Feminino=1; Masculino=1), com

experiência profissional, entre os 15 e os 25 anos de serviço docente, com formação em licenciatura ou equivalente e um com mestrado em ensino. Tipificamos os professores (Pt1, Pt2, Pt3, Pt4) e estabelecemos categorias de análise do conteúdo (subcategorias e evidências de texto): Cat.1=Caraterísticas dos jovens institucionalizados; Cat.2=Adaptação escolar -Integração dos jovens na turma; Cat.3=Percurso escolar; Cat.4=Relações dos jovens com a turma (relação pedagógica); Cat.5=Apoios/acompanhamento dado às dificuldades de aprendizagem; Cat.6=Relação entre as escolas e a ADME.

Cat. 1. - Todos os professores consideram importante conhecer as caraterísticas e as histórias de vida dos jovens institucionalizados (processos fornecidos pela ADME), de modo a poderem saber das suas necessidades educativas, dos problemas e dificuldades no processo ensino-aprendizagem e na forma como devem realizar a intervenção escolar: “[...] Tenho acesso direto às informações dadas pelo diretor técnico da ADME...são jovens que falam pouco sobre elas” (Pt1); “[...] A história deles demonstra o que são e o que precisam para poder desenvolver estratégias pedagógicas para eles” (Pt2); “[...] Devemos ser condescendentes com eles devido à história de vida deles no passado para individualizar a nossa intervenção pedagógica” (Pt3); “[...] A história de vida deles constitui um fator de risco no seu percurso escolar, por isso é importante os apoios e compreendê-los nas suas ações” (Pt4). Ou seja, os professores conhecem e respeitam o passado dos jovens, ressignificando as suas histórias de vida e intentam intervir de forma individualizada, participativa e interativa dando-lhes apoios necessários à sua inserção na escola/turmas.

Cat. 2. - Os professores identificam o processo de adaptação/integração dos jovens institucionalizados na escola e nas turmas, tendo uma atitude ‘democrática’ (Pt1; Pt3), de “[...] participação interativa” (Pt3) ou de “[...] possibilitarem uma boa adaptação” (Pt4), mas reconhecem todos que leva tempo esse processo adaptativo e de inclusão, sendo pois normal a necessidade de apoios e *counseling* para se integrarem nas turmas. Os colegas da turma destes jovens institucionalizados conhecem as suas histórias de vida e expressam o seu apoio/amizade e carinho, não havendo estigmatização e exclusão da turma, pelo contrário intentam inclui-los no processo escolar e na convivência educativa.

Cat. 3. - Os professores consideram que a escola contribui para formação e percurso socioeducativo dos jovens e, conseqüentemente na elaboração dos seus projetos de vida pessoal e socioprofissional: “[...] A socialização não é algo fácil” (Pt2; Pt4); “[...] Eles precisam do nosso apoio e dedicação para se integrarem” (Pt3), da “[...] nossa participação” (Pt1). Todos os professores expressam que o desempenho escolar é diferente entre esses jovens, uns “esforçam-se muito, empenham-se, mas necessitam de orientação pessoal e escolar” (Pt1; Pt3), outros “[...] manifestam muitas dificuldades em algumas matérias, especialmente na matemática” (Pt1) e algum deles “[...] sem interesse par aprender, numa reação contrária ao estudo e a realizar tarefas” (Pt4). Contudo, em geral os professores consideram que os “[...] ímpetos descontrolados”, a

"agressividade" e "[...] desmotivação pelo estudo" são aspectos que os jovens manifestam no seu comportamento escolar diário, daí que alguns têm um sucesso escolar baixo e, até por vezes repetem (repetências entre 1 a 2 vezes), necessitando de apoio pedagógico individualizado ou específico. Ficou evidente nas afirmações dos professores que a institucionalização tem consequências no seu desempenho e rendimento escolar e, por isso, precisam de orientação psicopedagógica da escola e da instituição (Caio, 2014).

Cat. 4.-Os professores das turmas dos jovens em risco institucionalizados consideram que a "[...] condição de institucionalização tem algumas consequências nas relações com a turma, já que eles expressam um certo descontentamento e agressividade" (Pt2), mas em geral não consideram determinante, havendo divergências nesta questão, com percepções distintas no próprio contexto de sala de aula. Contudo, no início as "[...] relações são difíceis" (Pt1; Pt4), já que essa "[...] relação interfere diretamente no projeto de vida e percurso socioeducativo dos jovens" (Pt3). A partir da intervenção feita pelos professores, num 'trabalho em equipa' (Pt1; Pt2) conseguem melhorar a convivência e as relações sociais e educativas entre eles (clima educativo na turma) dizendo: "[...] A partir das relações com os outros é que se determina o futuro dentro e fora do espaço escolar" (Pt3), já que a intervenção feita "[...] Interfere diretamente no projeto de vida e percurso socioeducativos desses jovens institucionalizados" (Pt4).

Cat. 5.-Os professores são todos da opinião que os traumas que arrastam estes jovens institucionalizados prejudicam a sua formação e desempenho escolar com consequências no sucesso escolar, pois "[...] Precisam de ajuda para prosseguir os estudos" (Pt2), já que os apoios devem ser dados "[...] tanto pela escola, quanto pelo lar de acolhimento" (Pt1; Pt2; Pt3), mas "[...] se não houver apoios é mais difícil ao nível escolar reverter as dificuldades desses jovens" (Pt4). São unânimes os professores em reconhecerem a falta das famílias nestes jovens, pois traz marcas negativas na sua trajetória escolar e aprendizagem (rendimento académico) (Farromba, 2013).

Cat. 6.-Por unanimidade os professores das turmas reconhecem que é 'Muito boa' (Pt1; Pt3; Pt4) ou 'Excelente' (Pt2) a relação comunicacional e de interação entre as escolas, diretores de turma e a ADME, havendo sempre "[...] algo nessa colaboração para melhorar" (Pt4). A necessidade de haver projetos em comum entre as escolas e as instituições de acolhimento de crianças/jovens em risco, orientados para a 'convivência', 'habilidades socio-emocionais' e 'interculturalidade' foram referidos pelos professores, considerando uma mais valia para melhorar a inclusão escolar (Silva, 2022).

4.3 Análise às entrevistas aos técnicos/profissionais ADME

Efetuamos entrevistas semiestruturadas à equipa técnica do ADME (Ni=4), composta pelo; diretor técnico (Dt) com formação de mestrado na área do desporto; a assistente social (As), licenciada em Serviço Social e com dois anos na instituição; e

professora colocada na instituição (Pi), com experiência no ensino básico e secundário e leva 4 anos na instituição. As idades destes sujeitos andam entre os 35 anos e 48 anos e residem em Castelo Branco estando sempre disponíveis para os jovens nas suas necessidades e problemas. Da análise de conteúdo às entrevistas semiestruturadas estabelecemos as seguintes categorias (com subcategorias e respetivas evidências de texto): Cat.1=Caraterísticas dos jovens institucionalizados e famílias; Cat.2=Integração dos jovens na ADME e respetivas dificuldades; Cat.3=Relações sociais dos jovens na ADME; Cat.4=Respostas da ADME e intervenção social/escolar; Cat.5=Trajetória e Projeto de vida dos jovens.

Cat. 1. - Os elementos da equipa técnica consideram de extrema importância para a intervenção e respostas dadas pela ADME o conhecerem a história de vida e respetivas caraterísticas dos jovens institucionalizados, assim como das suas famílias, pois *"[...] facilita-nos no nosso contributo às suas vidas, no atuar e saber lidar junto deles"* (As). Muitas das histórias de vida têm a ver com a negligência das famílias, vulnerabilidade, abandonos, disjunção familiar, maus-tratos e impedimento parentar (prisão de um dos progenitores). O responsável reconhece que *"[...] Os rapazes ao entrem, por norma não percebem como irão proceder na sua vida e, daí que os ensinamentos dados são úteis para o seu projeto de vida com o passar do tempo"* (Dt). Toda a equipa técnica é unânime que o passado e a história de vida influem no seu percurso socioeducativo e projeto de vida e, conseqüentemente, os jovens precisam, de superar esses traumas e dificuldades com o apoio da instituição e escola, pois *"[...] a falta da família é fundamental para eles"* (As; Pi), apesar de esta *"[...] nem sempre encaram bem a situação de institucionalização do jovem"* (Dt), ou então *"[...] Não veem com bons olhos, mas acabam por aceitar"* (As). Além disso, consideram que a relação 'família-jovem' depende da *"[...] individualidade de cada jovem"* (Pi), muitas vezes *"[...] Muitos pais são ausentes, gerando inseguranças nos jovens e comportamentos negativos"* (As), podendo às vezes por *"[...] afetar o bem-estar do jovem, ou não [...] é difícil de prever"* (Dt), assim como na *"[...] construção dos eu projeto de vida"* (Pi). Ou seja, em geral na opinião da equipa técnica os contatos com as famílias não contribuem para um adequado percurso socioeducativo do jovem, pois *"[...] São pessoas incapazes de levarem uma vida de forma normalizada"* (Dt).

Cat. 2. - Os elementos da equipa técnica consideram que os jovens reagem normalmente bem, no entanto *"[...] Chega sempre algum momento em que se sentem presos de movimentos e liberdade"* (Dt), e, por vezes manifestam *"[...] Agressividade e impulsividade nas suas reações [...] mas depois aprendem a lidar com os impulso e emoções"* (As), mas a intervenção feita faz que eles *"[...] Aprendam a necessidade de habilidades sociais e emocionais ao nível relacional"* (Pi). A institucionalização destes jovens e os seus comportamentos indevidos/inadequados, constituem por vezes um fator perturbador para o seu percurso formativo e projeto de vida (Dt; Pi). Os jovens são induzidos a saberem lidar com sentimentos de rejeição, de revolta, das *"[...] suas frustrações e impulsos, pois é uma aprendizagem para eles e para nós, sendo uma prática*

a explorar conjuntamente na intervenção” (Dt), através de um “[...] Acompanhamento de proximidade a cada um deles” (As), para lhes ajudar a superar as dificuldades.

Cat. 3. - A ADME é considerada pela equipa técnica como uma família, os jovens sentem-se num ambiente acolhedor e familiar “[...] Criam grandes vínculos connosco e entre eles’ (Pi), gerando ‘Uma excelente relação entre nós e eles” (As) tendo como referência os “[...] Técnicos e profissionais da instituição um bom exemplo e apoio” (Dt). Os técnicos da instituição criam laços afetivos e de amizade com os jovens, tendo igualmente entre eles uma boa convivência relacional e comunicacional, apesar de que “[...] cada um tem o seu feitio próprio” (As). As ligações de proximidade e a convivência na instituição produzem um ambiente satisfatório e agradável em confiança entre os jovens: “[...] Tem que haver uma boa relação entre todos” (Dt), “[...] Estes jovens todos os dias são dias diferentes, e, por isso vejo este trabalho como uma missão e um desafio aliciante” (As), já que essas “[...] Relações permeiam ações socioeducativas muito boas para os jovens” (Pi) ao nível afetivo-emocional, comunicacional e relacional. Enquanto às dificuldades ou fragilidades encontradas com os jovens são a nível das rotinas e regras, para superar as ‘marcas’ trazidas do passado e aos problemas vividos ao nível familiar e isso “[...] Condiciona à partida o nosso trabalho” (As). No obstante essa identificação e dificuldades o discurso positivo dos profissionais e a proximidade entre eles sabem retirar “[...] Os pontos fortes deles num grupo muito interativo e com capacidade ou vontade de mudança” (Pi) e, desta forma encontramos “[...] Os desafios de superação todos os dias de fazer mais e melhor, de inovarmos e encontrar estratégias adequadas” (Dt).

Cat. 4. - O papel da equipa técnica e da ADME é “[...] Torná-los seguros, confiantes e felizes” (As), “[...] Educá-los a criar objetivos de vida” (Dt), de modo a “[...] Possibilitar a inclusão deles na escola e sociedade favorecendo a construção do seu projeto de vida” (Pi) e daí “[...] Existir uma boa comunicação e apoio sociopedagógico e psicológico” (Dt) a todos os jovens institucionalizados. Quando chegam à instituição os jovens não têm motivação para aprender “[...] Tentamos que eles próprios se motivem e que gostem de adquirir conhecimentos” (As), ou seja, “[...] Inicialmente é necessária uma supervisão forte e gradual, de modo a que adquirem alguma autonomia” (Dt). É verdade na opinião da equipa técnica que “[...] Estes jovens não trazem hábitos de estudos pelo que temos de ir intervindo pouco a pouco” (Pi) e se necessário “[...] num acompanhamento mais individualizado já que não temos horas específicas para eles estudarem e por vezes temos a ajuda da Professora destacada pelo Agrupamento de Escola” (As). As respostas dos jovens não coincidem inteiramente com os da equipa técnica, já que aqueles afirmam que estudam só quando têm frequências/testes, enquanto outros têm poder de iniciativa em estudarem “[...] duas ou três horas enquanto outros não mais de trinta minutos ao dia” (As).

Por outro lado, a instituição mantém uma boa interação e colaboração com as escolas num “[...] Funcionamento com frequência semanal, para troca de informações sobre os alunos” (Dt), havendo por isso uma “[...] Boa articulação entre ADME e as escolas, contribuindo para o percurso escolar dos jovens” (Pi), de tal modo que houve

"[...] Ao nível dos resultados escolares a maioria melhorou bastante" (Dt) . Por outro lado, as atividades desenvolvidas pela ADME contribuem para a adaptação dos jovens em termos sociais, escolares e comunitários (Aguiar, 2021; Pinto, 2020).

Cat. 5. - Os elementos da equipa técnica consideram que o projeto de vida destes jovens em risco são as perspetivas que eles têm em relação ao seu futuro (perceções, expetativas), relacionando nesse trajeto os aspetos sociais, educativos e profissionais determinantes, mas necessitando de um *"[...] desenvolvimento adequado, com autoconfiança e sentido responsabilidade"* (Dt; Pi). Esse trabalho de intervenção é feito e trabalhado por toda a equipa técnica, educadores e pessoal da instituição. Consideram que o *"[...] saber escutar"* (As), o *"[...] fazer-lhes analisar as suas decisões e terem autoestima"* (Pi), já que a *"[...] função da instituição e ajudá-los na construção do seu projeto de vida"* (Dt). De facto, toda a intervenção e orientação dada pelo pessoal da instituição se canaliza *"[...] no caminho que o jovem tem que traçar na sua vida"* (Pi), correspondendo ao *"[...] valor socioeducativo incalculável de traçar objetivos para o desenvolvimento do projeto de vida"* (Pi) com *"[...] apoios no âmbito social e relacional com os outros"* (As). Por último a instituição mantém uma *"[...] Ligação mais de 50% aos jovens que saíram e continuamos a ter contacto com esses jovens"* (Dt).

5 RESULTADOS

Resultante dos métodos/técnicas utilizadas na recolha de dados triangulámos os dados/informações dos sujeitos de estudo tendo em conta o problema e os objetivos da investigação., relacionando-os com a integração e formação, desempenho/rendimento escolar e o projeto de vida dos jovens institucionalizados na ADME. Submetemos à triangulação os dados (e metodologias) relacionados com as informações recolhidas dos 11 jovens, do conteúdo das 4 entrevistas aos professores de turma e aos 3 elementos da equipa de profissionais da instituição ADME e, ainda a dinâmica de informações recolhidas no *'focus group'* com os rapazes sobre o seu percurso escolar e elaboração do seu projeto de vida. Pudemos confirmar o seguinte: os jovens adaptam-se bem à instituição de acolhimento e à escola (integração e inclusão no ambiente institucional e escolar), com um percurso normal destacando-se alguns deles com um desempenho e/ou rendimento académico 'muito bom', havendo uns mais motivados para determinadas atividades e aprendizagens na escola e ADME que outros com uma necessidade de intervenção psicopedagógica e comportamental dos técnicos da instituição e dos professores; os jovens apresentam relações interpessoais (relação pedagógica: professores, turma e colegas), relações sociais e convivência escolar muito inclusiva e adaptada às dinâmicas da escola e da ADME, apesar de haver em alguns deles repulsas e contrariedades que geram problemas educativos (dificuldades de aprendizagem, desempenho de tarefas escolares); alguns jovens manifestam alguns problemas de saúde e comportamentais de teor psicológico e emocional (indiferença pelo estudo, hiperatividade, agressividade e de oposição), devido à recusa em estarem institucionalizados e às exigências escolares no seu

percurso educativo, as quais implicam um maior esforço, vontade, dedicação e sentido de responsabilidade dos jovens (formação) para alcançarem um adequado rendimento acadêmico (sucesso escolar) (Aguiar, 2021); existe uma boa dinâmica de colaboração entre a instituição ADME (responsáveis e técnicos) e a Escola (coordenação do ciclo de estudo, professores de turma, técnicos de educação) na formação, nas respostas às dificuldades e problemas dos jovens e na construção do seu projeto de vida (Farromba, 2013); identificámos nestes jovens, através da compreensão das suas histórias de vida e percurso institucionalizado, percepções, sonhos e ambições no âmbito formativo e profissional com necessidade de uma comunicação interativa e afetiva (Pinto, 2020); todos os jovens têm uma preocupação motivadora para o seu projeto de vida na sociedade (Pereira, 2016; Saltão, 2022; Silva; Oliveira; Marques, 2019; Sousa, 2015).

Destacamos, ainda a boa proximidade relacional entre os jovens na instituição e com colegas e professores na escola (relações e convivência) e entre eles e os profissionais da instituição, bem evidente nas diversas áreas da sua vida (Aguiar, 2021; Pinto, 2020). As experiências/vivências institucionais influenciam positivamente a elaboração dos seus projetos de vida (Gomes, 2019). Para estes jovens a instituição de acolhimento dá-lhes apoio e promove-lhes competências adequadas à inserção na sociedade, no mercado de trabalho e para o seu projeto de vida. Há neles algumas dificuldades escolares e também algumas influências de carácter familiar, mas demonstram um grande desejo de alcançar uma boa posição social e/ou profissional, fazendo o que gostam, promovendo, assim, a sua autonomia. As ações dos técnicos da ADME e professores facilitam a aquisição dum comportamento mais pró-ativo, maior empenho e motivação pessoal e escolar, para além maior apoio de orientação (pessoal, escolar), incluindo aconselhamento, de aprovação e motivação na construção do seu percurso educativo e de vida, compensando a falta dos elementos familiares para essa concretização dos seus projetos. A vivência institucional é referida como crucial na formação e autonomia dos jovens, preparação da vida fora da instituição e apoio aos estudos, de forma a obter melhor desempenho e rendimento. Alguns aspetos menos positivos foram indicados por estas crianças e jovens em risco como o impacto adverso da ausência de contato com os seus tutores, familiares e amigos, considerados, por eles, como base de apoio fundamental na construção e concretização dos seus próprios projetos de vida. Destacam, também um certo receio em pensar sobre o seu próprio futuro, já que este preocupa-os (de tal forma que os seus discursos e narrativas expressam essa preocupação). Ao construírem os seus projetos de vida, assumem a ideia de temporalidade.

A tipologia da casa ADME e o número reduzido de jovens e de profissionais da ADME proporcionam relações sociais e laços afetivos, mais fortalecidos e personalizados, entre os diversos atores. Os comportamentos desses dos jovens expressam algumas representações mentais negativas (não querer estudar e não gostar de algumas áreas de formação), em alguns casos uma baixa autoestima, evidenciados pela presença significativa de perturbações de comportamento, perturbações de oposição e falta desenvolver habilidades emocionais. Não é alheia

esta conclusão os frágeis alicerces em que eles cresceram e o ambiente envolvente familiar e social anterior (Sampaio; Cruz; Carvalho, 2011). No entanto, apesar de alguma dificuldade na adaptação a outro sistema relacional na instituição de acolhimento e na escola, é importante refletir acerca de estratégias a adotar para minimizar os efeitos negativos das suas vivências e potenciar as capacidades individuais de cada um, num ambiente cordial e positivo. É fundamental o papel dos técnicos da instituição e dos professores no acompanhamento e no processo educativo dos jovens e na construção dos seus projetos de vida. Só poderemos oferecer uma resposta de qualidade com um investimento na individualidade da intervenção, na inovação e na qualificação dos técnicos que neste estudo demonstram um grande empenho e dedicação com resultados positivos (Lopes Neto, 2021; Rodrigues, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Lares de Acolhimento visam proporcionar às crianças/jovens em risco a satisfação das suas necessidades, promover sempre que possível a sua reintegração na família e na comunidade e, ainda, disponibilizar facultar os apoios e meios que permitem a sua valorização pessoal, social e cultural. Podemos dizer que os jovens institucionalizados partilham muitas das características habituais existentes em Lares de Acolhimento, com muitos défices comportamentais e ausência familiar (Sampaio; Cruz; Carvalho, 2011). Contudo, as condições do acolhimento estão dentro das normas jurídico-legislativas orientadoras na organização e execução nas atividades da própria instituição (Portugal, 2019a, 2019b). Para que os jovens institucionalizados alcancem uma adequada formação no desempenho e sucesso escolar e autonomia é necessário que as equipas técnicas e os responsáveis das instituições de acolhimento promovam as condições (socioeducativas) necessárias ao estudo e à construção dos seus projetos de vida e inserção social (Gomes, 2024; Pinto, 2020). As instituições de acolhimento e neste caso a ADME, promove os direitos e a proteção das crianças/jovens em risco (Portugal, 2019a, 2019b), proporcionando as condições e as rotinas (estudo, atividades culturais/recreativas e desportivas) favorecedores do seu projeto de vida e formação, para além de promoverem contactos com as famílias, de forma periódica.

Os comportamentos apresentados pelos jovens institucionalizados são variados, uns mais aplicados que outros, devido que geram interesses e motivações diferentes com o ambiente educativo (relação ensino-aprendizagem, tarefas escolares), com as matérias de formação (currículo) e professores (relação pedagógica), mas em geral todos eles desenvolvem uma boa integração e convivência com os seus pares, no contexto escolar. Verificamos que existem jovens que são mais autónomos e responsáveis que outros que, pelo contrário, revelam algum desinteresse pela aprendizagem dos conteúdos lecionados na escola e dificuldades de aprendizagem, daí o papel importante dos técnicos da instituição de acolhimento e a sua articulação com os professores (e pessoal não-docente) da escola. Os jovens mais empenhados, quando obtêm resultados menos bons, são os que demonstram maior preocupação e

interesse em melhorar no seu desempenho escolar. No sentido educativo/escolar, social e relacional e comunicacional os técnicos profissionais da instituição ADME e os professores da escola sabem lidar com as situações que surgem nestes jovens (aconselhamento e orientação) e influenciam a forma como eles constroem e/ou elaboram o seu projeto de vida e o seu percurso formativo, compreendendo e agindo em entreeajuda e disponibilizando meios/apoios necessários, de modo a alcançarem resultados positivos, pois procuram fornecer exemplos significativos, para que, no fundo, os jovens consigam desenvolver competências adequadas à sua formação e à sua inserção na sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. M. C. N. **Projeto de vida e percurso socioeducativo das crianças-jovens em risco institucionalizadas**: estudo de caso num lar de acolhimento em Castelo Branco. 2021. Dissertação (Mestrado de Intervenção Social Escolar) - Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2021.
- ALVES, S. N. **Filhos da madrugada-percursos adolescentes em lares de infância e juventude**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, 2007.
- BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, R. **Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em lares de infância e juventude**. 2015. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.
- CAIO, E. **Inclusão escolar de crianças e jovens institucionalizados**: um desafio entre o ideal e o real. 2014. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social Escolar – Especialização em Crianças e Jovens em Risco) – ESECB, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2014.
- CARVALHO, M. J. L.; CRUZ, H. **Autonomia**: desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição. Lisboa: F. C. G., 2015.
- CARVALHO, M. J. L.; SALGUEIRO, A. (coord.). Pensar o acolhimento residencial de crianças e jovens (Sumário Executivo). Lisboa: F. C. G., 2019.
- CASA 2022 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, Instituto da Segurança Social, Instituto da Segurança Social da Madeira, Instituto da Segurança Social dos Açores, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2023. Disponível em: <https://casapia.pt/casa-2022-relatorio-de-caracterizacao-anual-da-situacao-de-acolhimento-das-criancas-e-jovens/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

DELGADO, P.; GERSÃO, E. O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal: novos discursos, novas práticas? **Análise Social**, Lisboa, v. 53, n. 226, p. 112-134, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/22350>. Acesso em: 02 dez. 2024.

FARROMBA, M. L. O. L. P. **Relações de vinculação e sucesso escolar em jovens institucionalizados**: um desafio aos seus cuidadores. 2013. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social Escolar) - ESECB, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2013.

FERREIRA, S. M. **Práticas profissionais em processos de reunificação familiar**: um estudo com profissionais de casa de acolhimento residencial. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, da Universidade do Minho, Braga, 2016. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45393/1/Soraia%20Martins%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

FONSECA, A. M. C. M. **O sistema de acolhimento de crianças e jovens em Portugal - propostas de mudança da regulamentação e intervenção do Estado**. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito na especialidade de Direito Social e da Inovação) - Nova School of Law, Universidade Católica de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/154781/1/Fonseca_2023.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024.

FREITAS, M. R. L. **O percurso escolar das crianças institucionalizadas na CIJE - Castelo Branco**: um estudo de caso. 2017. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social Escolar – Especialização em Crianças e Jovens em Risco) - Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/5568>. Acesso em: 02 dez. 2024.

GASPAR, J. P.; ALCOFORADO, L.; SANTOS, E. Vinculação e autonomização em lares de infância e juventude em Portugal: as opiniões dos técnicos sobre a perceção de adultos Ex institucionalizados. **Educação Ciência e Saúde**, Cuité, PB, v. 2, n. 1, p. 1-21, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ces.ufcg.edu.br/periodicos/index.php/99cienciaeducacaosaude25/article/view/20>. Acesso em: 02 dez. 2024.

GOMES, J. M. N. **A promoção da autonomia em adolescentes acolhidas na CIJE- estudo de caso**. 2019. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social Escolar) - Escola Superior de Educação do instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/6831>. Acesso em: 02 dez. 2024.

GUERRA, P. **Lei de proteção de crianças e jovens em perigo**. Coimbra: Almedina, 2018.

LEAL, A. T. P. *et al.* **Acolhimento residencial e familiar**: o novo paradigma. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2018. Disponível em: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb_AcolhimentoResidencialFamiliar.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024.

LOPES NETO, A. S. **A caminho da autonomização: as jovens institucionalizadas e a promoção da autonomia.** 2021. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social) - Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/36982>. Acesso em: 02 dez. 2024.

MATEUS, M. M. **A institucionalização de crianças/jovens e o seu desempenho escolar.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/21047>. Acesso em: 02 dez. 2024.

MOREIRA, M. S. O. **Mãos que protegem, corações que acolhem o acolhimento de crianças e jovens em Portugal.** 2018. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social) - Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto, 2018.

PEREIRA, D. T. **Desafios à (Des) Institucionalização de crianças e jovens: processos de autonomização e pós-acolhimento.** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia Social) - Universidade Católica Portuguesa do Porto, Porto, 2016.

PINTO, T. A. F. **O impacto da medida de acolhimento residencial no desempenho e orientação escolar dos jovens: a voz dos jovens e profissionais num estudo de caso.** 2020. Dissertação (Mestrado de Intervenção Social Escolar) - Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/7207>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n.º147/99, de 1 de setembro, 1999. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. **Diário da República**, Portugal, n. 204/1999, série I-A, p. 6115-6132, 01 set. 1999. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/581619/details/normal?l=1>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n.º142/2015, 8 de setembro, de 2015. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela [Lei n.º 147/99](#), de 1 de setembro. **Diário da República**, Portugal, n. 175/2015, série I, p. 7198-7232, 08 out. 2015. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/70215246/details/maximized>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PORTUGAL. Ministério Público. **Lei n. 26/2018, 05 de julho de 2018.** Regularização do estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparadas (quarta alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e sexta alteração ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional). Lisboa: Ministério Público, 2018. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis&so_mioo. Acesso em: 02 dez. 2024.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 outubro 2019. Regime de exceção do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo. **Diário da República**, Portugal, n. 206/2019, série I, p. 65-79, 25 out. 2019a. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/125692191/details/maximized>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Lei n.º 206/2019, de 25 de outubro, de 2019. Estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e proteção das crianças/jovens em perigo. **Diário da República**, Portugal, n. 206/2019, série I, p. 65-79, 25 out. 2019b. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/125692191/details/maximized>. Acesso em: 02 dez. 2024.

RAMIÃO, T. **Lei de proteção de crianças e jovens em perigo**: anotada e comentada. 8. ed. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editoram, 2017.

RODRIGUES, M. S. **Os laços que nos unem**: a visão das crianças e jovens sobre as questões da institucionalização. 2022. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social) - Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto, 2022.

RODRIGUES, S. P. L. A. **A qualidade do acolhimento residencial em Portugal**: avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade do Porto, Porto, 2018. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/119950>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SALTÃO, B. S.C. **O Acompanhamento da escolaridade nas instituições de acolhimento residencial**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade) - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2022.

SAMPAIO, D.; CRUZ, H.; CARVALHO, M. J. L. (coord.). **Crianças e jovens em risco**: a família no centro da intervenção. Cascais/Lisboa: F.C.G., 2011.

SILVA, A. D.; OLIVEIRA, K.; MARQUES, C. Autonomização de jovens em acolhimento residencial: discursos e significados. **Configurações-Revista de Ciências Sociais**, n. 23, p. 14-30, 2019. DOI 10.4000/configuracoes.7305. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/7305>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SILVA, M. G. **A verdade de muitos corações**: a perceção de jovens em acolhimento residencial sobre o papel dos agentes institucionais no seu processo de autonomização. 2022. Dissertação (Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social) - ESECS, do Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, 2022.

SOUSA, R. **Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31190/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Rita%20Emanuel%20Sousa.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

YIN, R. **Case study research: design and methods**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.